

# Novos arranjos familiares: ampliação da inserção laboral feminina e seus impactos sobre a renda das famílias\*

Elisabeth Kurtz Marques\*\*  
Irene Maria Sassi Galeazzi\*\*\*  
Miriam De Toni\*\*\*\*  
Norma Hermínia Kreling\*\*\*\*

## Introdução

A inserção das mulheres na sociedade sofreu uma significativa mudança de padrão nas últimas décadas. O rompimento de barreiras importantes, como a educacional, a reprodutiva e a ocupacional, ampliou a participação feminina em diferentes instâncias da vida na sociedade.

O acesso à escolaridade, incluindo o ensino superior, não apenas já é uma realidade para a população feminina brasileira, como as estatísticas mostram níveis de escolaridade superiores aos dos homens: dados sobre matrículas nos ensinos médio e superior atestam que as mulheres já são maioria nesses níveis, chegando a mais de 60% dos formandos das universidades.<sup>1</sup>

No campo reprodutivo, o advento de métodos anticonceptivos mais eficazes e sua ampla disseminação, ao permitirem o planejamento das famílias, reduziram as taxas de fecundidade (4,4 em 1980; 2,9 em 1991; e 2,4 em 2000)<sup>2</sup>, facilitando às mulheres investirem em sua inserção no mundo do trabalho e em outras esferas públicas.

A inserção laboral das mulheres passou a ter novos significados. A mudança nos valores historicamente atribuídos ao trabalho remunerado para as mulheres — melhor aceito apenas para as mulheres sozinhas, que precisavam prover seu sustento, e para as mais pobres, como complemento à renda familiar — deu outra perspectiva a essa modalidade de trabalho feminino. O trabalho por rendimento passou a assumir um caráter emancipador com os movimentos feministas nascidos nas camadas médias da população.<sup>3</sup> Para um

\* As autoras agradecem aos estatísticos responsáveis pela programação dos dados da PED-RMPA e, de modo especial, à bolsista Thaís Ferreira Persson, pela valiosa colaboração na organização e na digitação das tabelas, dos gráficos e das referências bibliográficas.

\*\* Psicóloga da FEE.

\*\*\* Socióloga da FGTAS.

\*\*\*\* Socióloga da FEE.

<sup>1</sup> "(...) além da maioria das matrículas nesses níveis de ensino serem femininas, as mulheres também estão em maioria entre os concluintes: em 2002, as moças representavam 58% e 63% dos concluintes, respectivamente, do ensino médio e superior." (Mulheres ..., 2005).

<sup>2</sup> IBGE (1980, 1993, 2000).

<sup>3</sup> "Em suas vertentes norte-americana e européia, que muito influenciaram os movimentos de mulheres no Brasil, o trabalho remunerado era visto como a estratégia possível de emancipação da dona-de-casa de seu papel subjugado na família. A idéia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo, tanto em sua versão liberal como naquela de inspiração marxista, constituindo uma referência importante para tornar o trabalho feminino um problema teórico. Herança da tradição marxista, o feminismo brasileiro considerava a trabalhadora a principal agente de transformação da condição feminina." (Bruschini, 1998).

contingente significativo de mulheres, principalmente para as que pertencem a camadas de rendas médias e altas da população, o trabalho assumiu o significado de desenvolvimento pessoal através de uma carreira, de independência financeira e de realização profissional.

Por fim, deve ser mencionado o caráter consistente da inserção laboral recente das mulheres. A intensidade e a rapidez com que mudou o padrão da presença feminina no mercado de trabalho não são as únicas, talvez sequer as principais, características da inserção recente das mulheres no mundo do trabalho. Jogam um papel importante na caracterização desse novo padrão a diversificação ocupacional, com a abertura do espectro de ocupações exercidas pelas mulheres, e o caráter definitivo dessa entrada, descolado das crises e conjunturas econômicas e dos ciclos de vida das mulheres e das famílias.

Alguns fatores reforçaram esse novo padrão de trabalho feminino e criaram condições para a expansão do ingresso de mulheres no mercado de trabalho. Por um lado, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subseqüentes ao pós-guerra, incorporaram novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres. Por outro, a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja frente aos novos anseios de consumo — a alteração no padrão de consumo, com a presença de novos produtos —, inviabilizou, para a maioria da população, a realização do modelo tradicional de família — patriarcal de provedor único masculino —, impelindo as mulheres a trabalharem fora de casa para aumentar a receita doméstica.

Nos anos 90, as profundas transformações ocorridas na economia<sup>4</sup>, diretamente associadas à reestruturação produtiva que vem se aprofundando desde então, impactaram fortemente, e, via de regra, de forma desastrosa, o mercado de trabalho. No caso brasileiro especificamente, há que se considerar que tais mutações incidiram sobre um mercado de trabalho já marcado pela heterogeneidade e pela precariedade. Sobressaem-se nesse processo aspectos tais como: retração na capacidade de geração de ocupações, ampliação do desemprego, inclusive do desemprego de longo prazo, e precarização das formas de inserção no mercado de trabalho — redução dos empregos estáveis, ampliação do assalariamento sem carteira de trabalho assinada e da contratação em tempo parcial e crescimento do trabalho autônomo (Pochmann, 1999, 1999a; Mattoso, 1999; Druck, 1999; Situação..., 2001).

Essa precarização das inserções laborais implicou diretamente uma retração do rendimento do trabalho, influenciando negativamente na formação da renda das famílias. Algumas pesquisas têm constatado que a família pode atuar como um agrupamento solidário na gestão de seus recursos, tratando em conjunto os rendimentos obtidos individualmente. Assim, estabelece de forma coletiva tanto o uso desses recursos quanto as estratégias para obtê-los, o que obriga a decisões sobre a participação de seus membros na força de trabalho.<sup>5</sup>

O impacto desse conjunto de fatores acentuou mudanças na estrutura familiar, principalmente com o crescimento de famílias chefiadas por mulheres — monoparentais ou unipessoais —, e consolidou a importância do trabalho feminino na sobrevivência das famílias. No caso da RMPA, esse processo foi particularmente acentuado, tanto que os resultados do **Censo 2000** apontaram a Cidade de Porto Alegre como a capital brasileira com maior número de famílias chefiadas por mulheres — 38,2%, conforme IBGE (2000).

Essas mudanças no padrão familiar tradicional reconfiguraram significados nas relações de gênero no interior das famílias e alteraram o perfil da participação feminina no mercado de trabalho. Todavia não mudaram de forma substancial o leque de responsabilidades femininas com a esfera da reprodução — trabalho

<sup>4</sup> O avanço da informática, da microeletrônica e das comunicações, vinculado à crise do fordismo e ao fenômeno da globalização, provocou alterações nos processos produtivos e a introdução de novas formas de gestão da produção e do trabalho, bem como a ampliação dos mercados em escala mundial. Entre a extensa gama de trabalhos sobre esse tema, encontra-se o abrangente estudo de Castells (1999).

<sup>5</sup> Estudo recente do DIEESE concluiu pela mútua determinação entre inserção no mercado de trabalho e nível de rendimentos das famílias, sugerindo também haver uma relação, em geral, positiva entre dinamismo econômico regional, patamar de renda familiar e participação no mercado de trabalho (Situação..., 2001).

doméstico, cuidados com filhos e familiares, dentre outras —, observando-se, via de regra, uma sobreposição de atribuições, o que faz subsistir uma profunda inter-relação do trabalho feminino remunerado com o tipo de estrutura familiar em que as mulheres estão inseridas.

Com essa perspectiva, o presente estudo propõe-se a investigar o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho sob a ótica dos novos arranjos familiares, procurando apreender em que situações essa participação é facilitada ou compelida e onde se mantém mais obstaculizada. Para tanto, adotou-se uma tipologia de arranjos familiares capaz de expressar as mudanças na composição das famílias — tipo de chefia, presença do casal e de filhos — e a idade dos filhos. A utilização desta última variável responde ao interesse, na ausência de indicador mais refinado (horas dedicadas ao trabalho doméstico por exemplo), em capturar os possíveis limites ao trabalho remunerado feminino, impostos pela manutenção das responsabilidades com a esfera privada — nesse caso, o cuidado com os filhos.

A tipologia adotada contempla nove tipos básicos de arranjos familiares: famílias unipessoais (pessoas que moram sozinhas) masculinas e femininas; famílias monoparentais (presença de um dos progenitores e seus filhos) masculinas e femininas; famílias nucleares (presença do casal) com chefia masculina e com chefia feminina, com e sem filhos; e outras (agrupamento de indivíduos, sem relação primária de parentesco, que residem em um mesmo domicílio). Nesses diferentes arranjos, os indicadores analisados referem-se aos chefes de família. Todavia, como um dos fenômenos mais intensos verificados no período foi o crescimento da participação das mulheres-cônjuge no mercado de trabalho, essas foram destacadas e aparecem como uma categoria específica junto à tipologia familiar, não obstante integrarem as categorias de família nuclear com chefia masculina.

Como base empírica, foi utilizado o levantamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)<sup>6</sup>, estabelecendo a comparação entre o biênio 1993-94, início da série da PED-RMPA, e o biênio 2002-03.

Contemplados através dessa tipologia, foram analisados indicadores de inserção laboral, procurando reter a intensidade da participação feminina e sua evolução no período recente, através da taxa de participação, assim como a qualidade dessa inserção. Para esta última dimensão, foram trabalhados indicadores de desemprego e ocupação, destacando-se modalidades de contratação e inserções precárias.

Procurou-se observar, por fim, os efeitos que essas mudanças operaram no papel exercido pela renda do trabalho feminino na composição da renda familiar, conseqüentemente, na qualidade de vida das famílias.

## As mudanças na estrutura familiar

Investigar a participação feminina no mercado de trabalho sob o enfoque da família implica considerar as mudanças advindas da dinâmica demográfica que, através do declínio da fecundidade e da mortalidade, contribuíram tanto para alterar o perfil etário dos componentes do grupo familiar quanto para reduzir significativamente o tamanho da família. Adicionalmente, há que se considerar que as transformações ocorridas na economia brasileira a partir dos anos 90, com destaque para o processo de reestruturação produtiva e organizacional e a abertura comercial, determinaram profundas modificações na estrutura do mercado de trabalho, interferindo nas escolhas de novas estratégias laborais da família.

<sup>6</sup> A PED-RMPA utiliza metodologia desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação SEADE-SP, que é aplicada em pesquisas similares nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife e no Distrito Federal. Em termos conceituais e metodológicos, a PED diferencia-se de outras pesquisas dessa natureza por ampliar o conceito de desemprego e por detalhar a situação ocupacional dos trabalhadores, tornando-os mais adequados à realidade de países como o Brasil, onde a inserção da população ativa no mercado de trabalho é marcada por uma grande heterogeneidade. Assim sendo, a PED possibilita captar formas de desemprego que são comuns e importantes no mercado de trabalho brasileiro, tais como o desemprego oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento, bem como investigar condições de inserção ocupacional, permitindo, com isso, avaliações mais fidedignas da situação de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Neste estudo, foram mantidos com todo o rigor os princípios conceituais e metodológicos da Pesquisa.

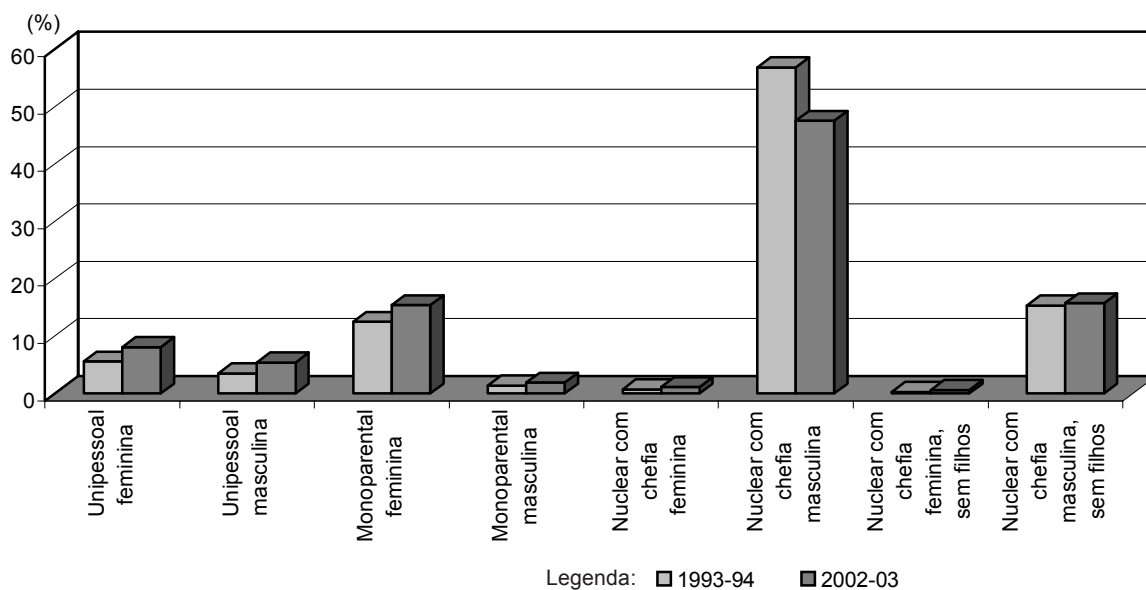
Todas essas alterações, associadas às transformações sociais e culturais que interferem nas relações parentais e conjugais, inclusive propiciando o aumento de rupturas entre casais, comprometeram profundamente a estrutura do núcleo familiar, tornando a família mais instável e diversificada. Ademais, a família assume várias configurações ao longo das diferentes fases de seu ciclo de vida, organizando-se em distintos arranjos familiares, os quais caracterizam modos diversos de mobilização de seus membros para o mercado de trabalho.

Vários estudos têm identificado mudanças significativas na configuração dos tipos de famílias, possibilitando evidenciar novas tendências de arranjos familiares<sup>7</sup>. Entre as alterações mais importantes, observa-se a redução da família tradicional nuclear com chefia masculina e filhos, apesar de esse tipo de família ainda permanecer predominante. Em contrapartida, verifica-se aumento das famílias chefiadas por mulheres, sem cônjuge e com filhos (monoparentais), e das famílias formadas por indivíduos que moram sozinhos (unipessoais).

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego confirmam a redução da família nuclear com chefia masculina (de 56,8% em 1993-94 para 47,5% em 2002-03), enquanto aumentaram as proporções das famílias monoparental feminina (de 12,5% para 15,4%), unipessoal feminina (de 5,6% para 8,1%) e unipessoal masculina (de 3,5% para 5,4%) no mesmo período (Gráfico 1 e Tabela 1).

Gráfico 1

Distribuição das famílias, segundo o tipo, na RMPA — 1993-94 e 2002-03



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

<sup>7</sup> Ver, a respeito, estudos da Fundação SEADE (Mulher e Trab., 2002), Montali (2002), Itaboraí (2002) e Souza (1980).

Tabela 1

Distribuição das famílias, segundo o tipo, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94	2002-03
<b>Unipessoal feminina</b> .....	5,6	8,1
<b>Unipessoal masculina</b> .....	3,5	5,4
<b>Monoparental feminina</b> .....	12,5	15,4
Com filhos até 6 anos .....	2,4	2,6
Com filhos de 7 a 15 anos .....	3,9	4,2
Com filhos de 16 anos e mais .....	6,2	8,6
<b>Monoparental masculina</b> .....	1,4	1,9
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina</b> .....	0,7	1,1
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina, sem filhos</b> .....	0,3	0,6
<b>Nuclear com chefia masculina</b> .....	56,8	47,5
Com filhos até 6 anos .....	28,0	19,1
Com filhos de 7 a 15 anos .....	19,0	15,8
Com filhos de 16 anos e mais .....	9,8	12,6
<b>Nuclear com chefia masculina, sem filhos</b> .....	15,3	15,7
<b>Outros</b> .....	3,9	4,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Em consequência das alterações demográficas ocorridas na Região, especialmente com a redução da natalidade, fica bastante visível a redistribuição das famílias, de acordo com a idade dos filhos, em todas as suas configurações: no tipo nuclear com chefia masculina, categoria que apresenta concentração na faixa de filhos menores — com até seis anos de idade —, observou-se queda nessa parcela (de 49,3% para 40,6% no período em análise), que foi compensada pelo ganho na proporção daquela com filhos de 16 anos e mais (de 17,2% para 26,5%). Com relação à família monoparental feminina, constatou-se crescimento em todos os segmentos, sendo tanto maior quanto mais elevada a idade dos filhos. Assim, o segmento com filhos maiores de 16 anos, que já representava mais da metade das famílias em foco, foi o que mais cresceu no período em análise. Ressalte-se que, nesse tipo de família, há predominância da chefia feminina mais madura — ao final do período, verificou-se que cerca de 80,0% dessas famílias eram chefiadas por mulheres com 40 anos e

mais de idade, sendo que mais de 50,0% tinham chefes na faixa de 40 a 59 anos. É possível supor que o aumento da proporção de mulheres chefes de família monoparental nessa faixa etária esteja ligado ao crescimento, nos últimos anos, do número de separações entre casais.

Já o aumento das famílias unipessoais é um fenômeno, em parte originado no processo de envelhecimento da população na RMPA<sup>8</sup>, que tem como uma das conseqüências a ampliação do número de pessoas idosas vivendo sozinhas, principalmente mulheres, uma vez que estas apresentam maior longevidade em relação aos homens. Os dados da PED-RMPA mostram que mais de 50,0% dessas famílias, em 2002-03, eram constituídas por mulheres com 60 anos e mais de idade, em grande parte na condição de inatividade.

## **A participação feminina no mercado de trabalho e sua relação com a família**

Embora o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro tenha se intensificado nas últimas décadas, observa-se que esse crescimento não ocorreu de forma homogênea para o conjunto das mulheres. Múltiplos fatores — como idade, cor, escolaridade e renda familiar — interferem, estabelecendo desigualdades no interior do contingente feminino. Dentre esses fatores, o tipo de arranjo familiar no qual a mulher está inserida e a posição que ela ocupa na família afetam sua decisão de entrada na força de trabalho. Também a presença de filhos e a faixa etária destes têm peso importante nessa decisão, dado que o cuidado com os filhos ainda recai, quase exclusivamente, sobre as mulheres.

A taxa de participação — indicador que expressa a proporção da População em Idade Ativa (PIA)<sup>9</sup> que se encontra na condição de ocupada ou desempregada — permaneceu, em 2002-03, mais elevada para as chefias masculinas dos diferentes tipos de família, não obstante ter declinado em todas essas categorias: nuclear (84,2%), seguida da unipessoal (71,6%), da nuclear sem filhos (64,3%) e, por último, da monoparental (61,0%). Já as mulheres-chefe e as cônjuges ampliaram significativamente sua participação nos últimos anos, mantendo, no entanto, taxas de participação menores: 70,3% entre as chefes de família nuclear, 57,6% entre as de monoparental e 53,1% entre as cônjuges, ficando, por último, as chefes de família unipessoal, com 39,2%. A taxa de participação menor, verificada nesta última modalidade familiar, deve-se ao maior número de mulheres idosas aí presentes e que se encontravam na condição de inatividade (Gráfico 2 e Tabela 2).

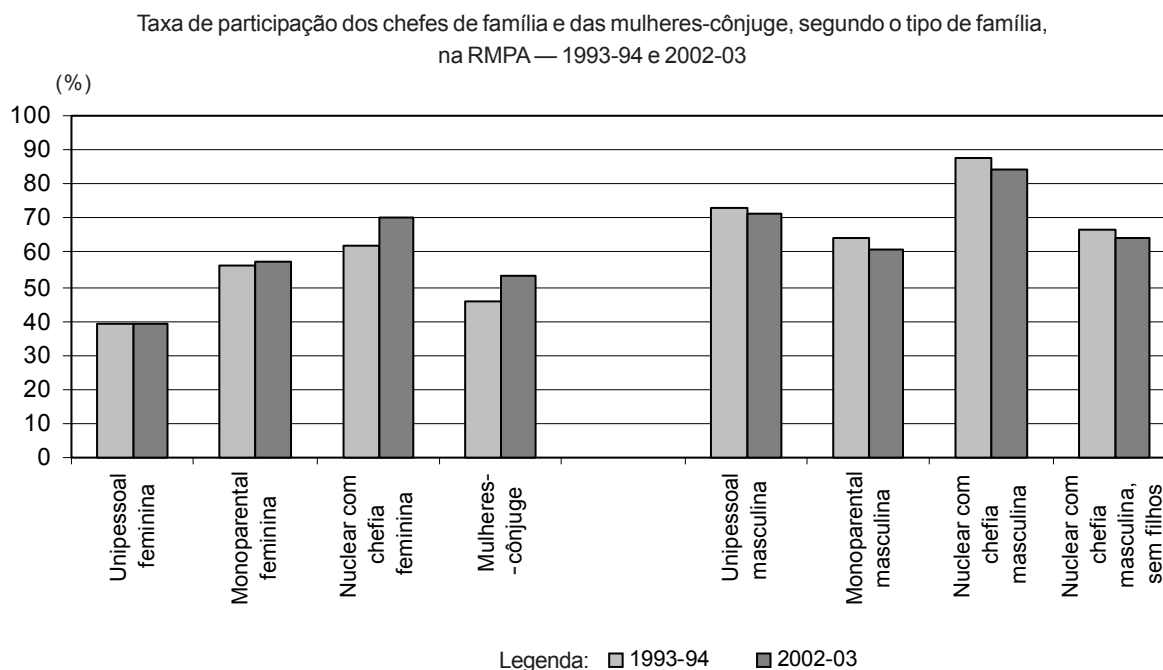
Quanto à evolução recente desse indicador, registram-se importantes alterações na RMPA. A mais significativa é o maior incremento da inserção das mulheres-cônjuge no mercado de trabalho, cuja taxa de participação aumentou de 45,4% para 53,1% entre os biênios 1993-94 e 2002-03. Ainda que essas mulheres façam parte de um arranjo familiar mais tradicional, cujo provimento era responsabilidade quase exclusivamente masculina, a sua presença na População Economicamente Ativa, a partir dos anos 90, tem sido mais efetiva, especialmente diante do desemprego de longa duração e das mais adversas situações de crise econômica. Esse aumento da participação das mulheres-cônjuge no mercado de trabalho responde, em grande parte, à necessidade de complementar a renda familiar, tendo em vista o empobrecimento da família ocorrido a partir da redução do rendimento do trabalho, do incremento de várias formas de precarização das inserções ocupacionais e da ampliação do desemprego, em especial por parte dos chefes de domicílio<sup>10</sup>. Em decorrência, o modelo de família baseado no chefe provedor começa a ser substituído pelo esforço familiar coletivo no compartilhamento de responsabilidades.

<sup>8</sup> A respeito, ver estudo de Kreling (2002) sobre os idosos e as novas evidências nas relações com a família e o trabalho, realizado com dados da PED-RMPA.

<sup>9</sup> A PIA abarca toda a população com 10 anos e mais de idade considerada potencialmente apta para o trabalho.

<sup>10</sup> Segundo dados da PED-RMPA, no período 1993-04, a taxa de desemprego entre os chefes de domicílio cresceu 21,5%, e, paralelamente, elevou-se de 25 para 45 semanas (cerca de 11 meses) o tempo médio despendido pelo conjunto de desempregados na procura de trabalho.

Gráfico 2



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Com relação à idade dos filhos, é interessante notar que as taxas de participação foram maiores para as cônjuges com filhos menores de 15 anos (62,3% para aquelas com filhos de sete a 15 anos e 57,1% para as com filhos menores de seis anos em 2002-03), mas o maior incremento foi verificado na taxa das cônjuges com filhos maiores de 16 anos, que detinham as menores taxas de participação, as quais passaram de 32,0% para 42,1% nos extremos do período. Já as cônjuges sem filhos foram as que apresentaram o menor aumento (6,9%, no mesmo período), alcançando uma taxa de 48,0% em 2002-03.

A taxa de participação dos homens-chefe de família nuclear, embora continue sendo a mais elevada comparada a outros segmentos, apresentou declínio, passando de 87,8% em 1993-94 para 84,2% em 2002-03. Num movimento oposto, as mulheres-chefe de família nuclear ampliaram sua taxa de participação, que passou de 62,2% para 70,3% no período em foco. Esses movimentos podem estar associados à elevação do desemprego ocorrida nos anos 90, notadamente entre os chefes de domicílio, provocando, em contrapartida, um aumento expressivo da participação das mulheres-cônjuge no mercado de trabalho, anteriormente já mencionado.

Nas famílias monoparentais — arranjo que vem se consolidando entre as diferentes formas de organização familiar na RMPA —, as mulheres-chefe apresentaram taxas de participação mais elevadas do que as verificadas para as mulheres-cônjuge, embora o incremento da taxa tenha sido menor, passando de 56,3% em 1993-94 para 57,6% em 2002-03. Em contrapartida, os homens-chefe de família monoparental apresentaram decréscimo nas taxas de participação (de 64,1% para 61,0%), aproximando as taxas observadas entre as mulheres e os homens-chefe nesse tipo de família.



Tabela 2

Taxa de participação dos chefes de família e das mulheres-cônjuge, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(%)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94	2002-03
<b>Unipessoal feminina</b> .....	39,1	39,2
<b>Unipessoal masculina</b> .....	73,0	71,6
<b>Monoparental feminina</b> .....	56,3	57,6
Com filhos até 6 anos .....	80,7	79,5
Com filhos de 7 a 15 anos .....	75,1	78,4
Com filhos de 16 anos e mais .....	34,9	41,0
<b>Monoparental masculina</b> .....	64,1	61,0
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina</b> .....	62,2	70,3
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina, sem filhos</b> .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia masculina</b> .....	87,8	84,2
Com filhos até 6 anos .....	95,8	94,0
Com filhos de 7 a 15 anos .....	90,2	88,8
Com filhos de 16 anos e mais .....	60,6	63,4
<b>Nuclear com chefia masculina, sem filhos</b> .....	66,7	64,3
<b>Mulheres-cônjuge</b> .....	45,4	53,1
Sem filhos .....	44,9	48,0
Com filhos até 6 anos .....	45,6	57,1
Com filhos de 7 a 15 anos .....	52,6	62,3
Com filhos de 16 anos e mais .....	32,0	42,1
<b>Outros</b> .....	57,8	54,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.



Ainda com relação às mulheres-chefe de família monoparental, observa-se que, quanto menores são os filhos, maiores são suas taxas de participação, o que se explica pela responsabilidade exclusiva na composição da renda familiar. Contudo houve pequeno declínio da taxa para as chefias femininas com filhos menores de seis anos (de 80,7% para 79,5%), enquanto aquelas com filhos maiores de sete anos apresentaram elevação da taxa: de 75,1% para 78,4% para as chefias femininas com filhos de sete a 15 anos e de 34,9% para 41,0% para as com filhos maiores de 16 anos. Com exceção desta última subcategoria, chama atenção que a idade dos filhos pouco altera a intensa atividade laboral dessas mulheres, uma vez que elas assumem a maior responsabilidade no encargo da manutenção do núcleo familiar, como se verá adiante.

Obedecendo à lógica do esforço familiar coletivo como estratégia de sobrevivência, manifesta na inserção de mais componentes da família no mercado de trabalho, a família monoparental feminina é a que apresentava, em todo o período em análise, a maior taxa de participação dos filhos (cerca de 56,1%), seguindo-se a monoparental masculina (55,5% em 2002-03), a nuclear com chefia feminina (46,1%) e, por último, a nuclear com chefia masculina (43,0%) — Tabela 3. Com exceção da monoparental feminina, em que a taxa das chefes se manteve praticamente estável, todos os demais tipos de família acusaram aumento nas taxas de participação dos filhos, embora pouco expressivos — o mais elevado ocorreu na nuclear com chefia masculina, em que a taxa dos filhos passou de 39,0% para 43,0% no período em análise.

Tabela 3

Taxa de participação dos filhos, segundo tipos selecionados de famílias, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94	2002-03
Monoparental feminina .....	56,6	56,1
Monoparental masculina .....	52,6	55,5
Nuclear com chefia feminina .....	44,7	46,1
Nuclear com chefia masculina .....	39,0	43,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Segundo a variável idade, considerando-se os chefes em todos os tipos de família e as mulheres-cônjuge, a taxa de participação mais elevada encontrava-se entre aqueles com 25 a 39 anos — ao redor de 90,0% entre os chefes e bem mais baixa para as cônjuges (65,6% em 2002-03). Entretanto, exceção feita às mulheres-cônjuge, observa-se tendência de diminuição da taxa de participação para essa faixa etária em confronto com o período anterior da análise (1993-94), mantendo-se, todavia, o patamar elevado. Em contrapartida, verifica-se aumento nas taxas de participação dos chefes e das mulheres-cônjuge com 40 anos e mais para quase todos os tipos de família, sendo relativamente mais intenso entre as cônjuges (Tabela 4).

Introduzindo a variável escolaridade na análise do comportamento da taxa de participação, constata-se que as taxas dos chefes e das mulheres-cônjuge são tanto mais altas quanto maior o nível de escolaridade. Na comparação entre os dois pontos extremos do período (1993-94 e 2002-03), verifica-se redução generalizada da taxa para homens-chefe de família em todos os níveis de escolaridade cujos dados estão disponíveis, reduzindo-se, portanto, sua participação no mercado de trabalho. Comportamento inverso foi observado para as chefias femininas e mulheres-cônjuge. Para estas últimas, segmento que mais cresceu na PEA, no período, observou-se aumento da taxa de participação em quase todos os níveis de escolaridade, excetuando-se o superior completo, que teve pequeno recuo. O incremento das taxas das cônjuges variou entre 11,6% e 16,1%, sendo mais intenso no nível fundamental completo, no qual esse indicador passou de 45,3% para

52,6%, nos extremos do período. Com relação à chefia monoparental feminina, as taxas de participação ficaram praticamente estáveis em todos os níveis, enquanto a chefia unipessoal feminina apresentou redução de 16,9% para o nível fundamental incompleto e relativa estabilidade nos demais níveis (Tabela 5).

Tabela 4

Taxa de participação dos chefes de família e das mulheres-cônjuge, por tipos de família, segundo a faixa etária, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(%)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94			2002-03		
	De 16 a 24 Anos	De 25 a 39 Anos	40 Anos e Mais	De 16 a 24 Anos	De 25 a 39 Anos	40 anos e Mais
Unipessoal feminina .....	(1)-	93,9	26,5	(1)-	89,8	28,7
Unipessoal masculina .....	(1)-	92,9	53,3	78,0	90,7	59,4
Monoparental feminina .....	(1)-	85,9	45,0	(1)-	85,0	49,5
Monoparental masculina .....	(1)-	(1)-	57,3	(1)-	(1)-	56,0
Nuclear com chefia feminina, com filhos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia feminina, sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia masculina, com filhos	96,6	97,2	78,7	95,8	95,6	76,5
Nuclear com chefia masculina, sem filhos	95,7	97,0	43,5	94,1	95,6	45,7
Mulheres-cônjuge .....	48,2	53,8	35,7	59,6	65,6	42,8
Outros .....	77,2	91,5	34,9	68,9	90,9	36,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 5

Taxa de participação dos chefes de família e das mulheres-cônjuge, por tipos de família e escolaridade, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(%)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94				2002-03			
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo (1)	Médio Completo (2)	Superior Completo	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo (1)	Médio Completo (2)	Superior Completo
Unipessoal feminina	26,0	(3)-	62,0	75,6	21,6	(3)-	58,1	68,4
Unipessoal masculina	63,9	(3)-	82,6	(3)-	60,3	73,1	80,1	81,9
Monoparental feminina .....	49,2	62,9	72,2	78,7	46,4	64,4	73,1	76,3
Monoparental masculina .....	59,3	(3)-	(3)-	(3)-	51,4	(3)-	(3)-	(3)-
Nuclear com chefia feminina .....	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-
Nuclear com chefia feminina, sem filhos	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-	(3)-
Nuclear com chefia masculina .....	85,5	90,9	91,0	90,2	79,6	86,8	88,7	88,3
Nuclear com chefia masculina, sem filhos	57,5	75,1	80,8	78,1	50,2	73,1	80,2	71,6
Mulheres-cônjuge .....	38,7	45,3	56,6	77,8	43,2	52,6	63,8	76,0
Outros .....	43,7	(3)-	71,5	(3)-	36,7	(3)-	65,2	72,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) Inclui fundamental completo e médio incompleto. (2) Inclui médio completo e superior incompleto. (3) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A análise da inserção laboral sob o prisma dos rearranjos familiares mostrou claramente, no período em questão, a ampliação da presença feminina na chefia familiar e no mercado de trabalho. De fato, o aumento das famílias com chefia feminina foi generalizado, fazendo com que, no conjunto, essas famílias passassem a compor mais de um quarto (25,2%) do total de famílias da RMPA, face aos 19,1% do início do período.

Inversamente, o conjunto de famílias com chefia masculina recuou de 77,0% para 70,5% do total de famílias da Região no decorrer do período, o que resultou da queda pronunciada do tipo mais tradicional de família — nuclear com chefia masculina, cuja parcela caiu de 56,8% para 47,5% entre os biênios extremos do período. Para os demais tipos, embora as participações sejam bem mais reduzidas, registrou-se elevação, notadamente na unipessoal masculina (de 3,5% para 5,4% em 1993-94 e 2002-03 respectivamente).

O impacto dessas alterações sobre a expansão da presença feminina no mercado de trabalho expressou-se no aumento das taxas de participação das mulheres-chefes em todos os tipos de família em que elas assumem a chefia, mas especialmente na elevação da taxa entre as cônjuges. Note-se que, nas famílias com chefia masculina, a queda na taxa de participação dos chefes foi a tônica do período.

Portanto, os rearranjos familiares entre e intrafamiliares explicitaram a perda da importância relativa da família tradicional nuclear, com chefe provedor masculino, o que se evidencia pelo aumento de famílias com outras configurações — sejam elas de chefia feminina, sejam de masculina —, mas, especialmente, pela elevada e crescente participação da cônjuge no partilhamento da manutenção do grupo familiar.

## Posição da mulher na família e suas relações com o desemprego e a ocupação

A condição familiar e a forma como estava estruturado o núcleo das relações domésticas conferiram, ao longo da série em análise, situações diferenciadas não só no que se refere à decisão da mulher de entrar no mercado de trabalho, como também à qualidade desse ingresso. As possibilidades de obter uma ocupação ou de engrossar as fileiras do desemprego apresentaram importante vinculação com as posições exercidas pelas mulheres no núcleo da família, assim como com a condição de ter filhos e a idade dos mesmos.

Dessa forma, algumas situações familiares se revelaram menos favoráveis do que outras para uma inserção mais positiva, evidenciando que a decisão e as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho estavam intrinsecamente associadas aos papéis desempenhados no núcleo familiar, especialmente os de chefe de família ou de cônjuges.<sup>11</sup>

Assim, analisando-se os dados da PED-RMPA em termos da distribuição dos chefes e dos cônjuges quanto à sua condição de atividade (ocupados, desempregados ou inativos, como parcelas da PIA), verifica-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho da Região sofreu alterações importantes, redefinindo o perfil do quadro geral de trabalhadoras entre os biênios 1993-94 e 2002-03.

A observação da Tabela 6 indica, de imediato, que a tônica do período foi a elevação do desemprego. Ou seja, com exceção das famílias que estavam estruturadas segundo o tipo nuclear com chefia feminina, que representavam apenas 1,1% dentre todos os arranjos familiares, verificou-se que, em 2002-03, todas as outras configurações apresentaram ampliação das proporções de chefes ou cônjuges desempregados em relação ao período 1993-94.

<sup>11</sup> Essa associação é igualmente referida por Montali (2000), em artigo sobre as mudanças provocadas nas famílias face à reestruturação produtiva. Enfatizando a crescente precarização das relações de trabalho e a deterioração da renda familiar, a autora faz uma colocação muito pertinente a respeito dos rearranjos familiares e de suas prováveis conseqüências, em que as relações de gênero, dentre outros fatores, ganham relevância. Afirma ela: “Como não é possível a substituição pura e simples dos diferentes componentes da família em sua inserção no mercado de trabalho, **uma vez que cada um deles nele se coloca com suas características de gênero, idade e papéis familiares, sofrendo restrições ou vantagens a partir delas**, os rearranjos familiares estabelecidos para o enfrentamento desse novo momento de elevado desemprego dificilmente possibilitam ao grupo familiar reproduzir ou manter nos mesmos níveis suas condições de existência (grifo nosso)” (Montali, 2000, p. 66).

Tabela 6

Distribuição dos chefes de família e das mulheres-cônjuge, por condição de atividade, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(%)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94			2002-03		
	PEA		Inativos	PEA		Inativos
	Ocupados	Desempregados		Ocupados	Desempregados	
<b>Unipessoal feminina</b> .....	35,8	3,2	61,0	35,3	3,9	60,8
<b>Unipessoal masculina</b> .....	65,2	7,8	27,0	63,5	8,1	28,4
<b>Monoparental feminina</b> .....	50,2	6,1	43,7	48,7	8,9	42,4
Com filhos até 6 anos .....	68,0	12,7	19,3	60,5	19,0	20,5
Com filhos de 7 a 15 anos .....	67,3	7,7	25,0	67,3	11,1	21,6
Com filhos de 16 anos e mais .....	32,3	2,6	65,1	36,1	4,9	59,0
<b>Monoparental masculina</b> .....	60,6	3,5	35,9	55,2	5,7	39,1
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina</b> .....	54,4	7,8	37,8	63,3	7,1	29,6
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina, sem filhos</b> .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia masculina</b> .....	82,6	5,3	12,1	76,9	7,3	15,8
Com filhos até 6 anos .....	89,3	6,5	4,2	85,0	9,1	5,9
Com filhos de 7 a 15 anos .....	85,3	4,9	9,8	81,6	7,2	11,2
Com filhos de 16 anos e mais .....	58,4	2,3	39,3	58,7	4,6	36,7
<b>Nuclear com chefia masculina, sem filhos</b> .....	62,2	4,6	33,2	58,4	5,9	35,7
<b>Mulheres-cônjuge</b> .....	40,7	4,7	54,6	45,0	8,2	46,8
Sem filhos .....	40,0	4,9	55,1	40,9	7,1	52,0
Com filhos até 6 anos .....	39,5	6,1	54,4	44,6	12,5	42,9
Com filhos de 7 a 15 anos .....	48,5	4,1	47,4	54,4	7,9	37,7
Com filhos de 16 anos e mais .....	30,2	1,7	68,1	38,7	3,3	58,0
<b>Outros</b> .....	53,6	4,3	42,1	47,6	7,1	45,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Considerando apenas os tipos de famílias numericamente mais significativos e que apresentaram aumento do desemprego entre seus membros, observou-se ampliação mais expressiva do desemprego para: homens-chefe de família nuclear, cujo contingente desempregado representava 5,3% da PIA em 1993-94 e passou para 7,3% em 2002-03; mulheres-chefe de família monoparental (de 6,1% para 8,9%); chefes de família monoparental masculina (de 3,5% para 5,7%); e chefes de família unipessoal feminina, que, com um acréscimo menor, passou de 3,2% para 3,9%, respectivamente, nos biênios em análise.

Ainda sob a ótica dos tipos de famílias que acusaram aumento na proporção de desempregados, quando se analisam em maior profundidade as condições internas familiares que podem ter influenciado esses acréscimos no período, observa-se que ter filhos pequenos (com até seis anos) se apresentou como um fator que permanece associado às maiores concentrações de chefes na condição de desemprego. Sobressaem-se, nesse caso, as chefias das famílias monoparentais femininas, categoria que, face ao acréscimo de 6,3 pontos percentuais, se manteve na condição de detentora da parcela mais elevada de indivíduos desempregados (19,0% da PIA em 2002-03), e as das nucleares masculinas (aumento de 2,6 pontos percentuais).

Pode-se inferir que a maior expansão do desemprego entre as mulheres sem companheiro (família monoparental feminina) e com filhos de até seis anos de idade (de 12,7% para 19,0% entre os extremos do período) esteve relacionada tanto à conjuntura do período em análise — desfavorável a uma maior absorção de mão-de-obra —, quanto à necessidade imperiosa de ingressar e de se manter no mercado de trabalho, dada sua responsabilidade no sustento da família, que se refletiu no aumento da taxa de participação anteriormente mencionado. Adicionalmente, há que se considerarem alguns fatores limitantes, como os cuidados que as crianças exigem e as dificuldades muitas vezes encontradas em ter com quem deixá-las para trabalhar, os quais podem estreitar o leque de escolhas ocupacionais, ampliando, assim, o contingente que se mantém na procura por trabalho.

Esse quadro de ampliação do desemprego fica particularmente evidenciado quando se verifica o aumento generalizado da taxa de desemprego para todos os tipos de configurações familiares, com exceção da nuclear com chefia feminina<sup>12</sup>. Os acréscimos mais significativos da taxa de desemprego foram observados para chefes nas famílias de tipo monoparental feminina, cuja taxa passou de 10,9% em 1993-94 para 15,5% da PEA em 2002-03; para os da monoparental masculina, de 5,5% para 9,4%; e da nuclear com chefia masculina, de 6,0% para 9,2% respectivamente (Gráfico 3 e Tabela 7).

O aumento do desemprego foi igualmente intenso entre as mulheres-cônjuge — a taxa de desemprego passou de 10,4% para 15,4% —, principalmente para o grupo com filhos de até seis anos de idade, que, além de deter a taxa mais elevada do segmento, sofreu elevação em 8,5 pontos percentuais, atingindo uma taxa de 21,9% da PEA em 2002-03. Situação semelhante ocorreu para as chefes de família monoparental feminina, em que o maior crescimento da taxa de desemprego foi observado no segmento das com filhos pequenos (até seis anos), que apresentou o expressivo acréscimo de 8,2 pontos percentuais, elevando esse indicador para 23,9% da PEA, ou seja, dentre as que se encontravam no mercado de trabalho, praticamente um quarto estava desempregada.

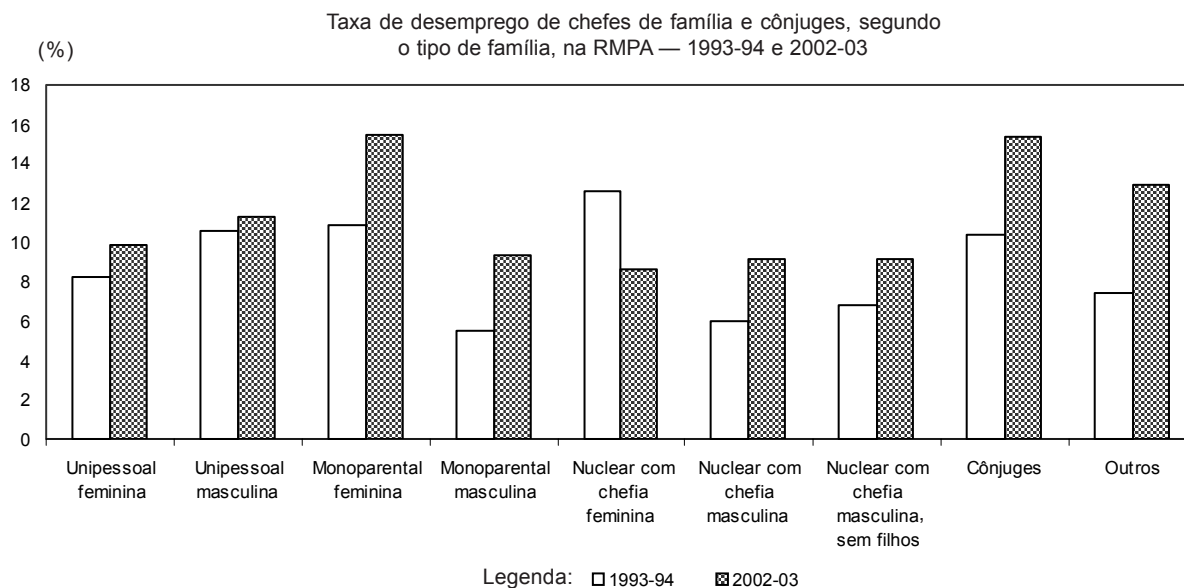
A situação geral de desemprego agrava-se quando se verifica que o tempo médio despendido pelos chefes de família e pelas cônjuges na busca por uma vaga de trabalho acusou aumento para todos os segmentos populacionais, salientando-se que as mulheres-chefe e as cônjuges despenderam entre 52 e 56 semanas na busca por trabalho, enquanto os chefes homens, entre 44 e 48 semanas (Tabela 8).

Do ângulo mais positivo da inserção no mercado de trabalho, o incremento ocupacional auferido pelas mulheres no período corroborou a questão de que a apropriação de vagas de trabalho permaneceu condicionada à posição vivenciada na família.

---

<sup>12</sup> Em 1993-94, a taxa de desemprego para esse tipo de família era de 12,6%, recuando para 8,6% em 2002-03.

Gráfico 3



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: Os dados referentes à categoria nuclear com chefe feminina, sem filhos não constam no gráfico porque a amostra não comporta essa desagregação.

Sob essa ótica, segundo a distribuição por tipos de arranjos familiares, verifica-se que, com exceção das famílias nucleares com chefe feminina e do segmento de mulheres-cônjuges, todas as outras categorias familiares apresentaram redução na proporção de ocupados.

No que se refere a estas últimas, o destaque da análise fica por conta da família tradicional — nuclear com chefe masculina —, cuja proporção de chefes ocupados sofreu o maior decréscimo, embora permaneça como a de maior parcela de ocupados comparativamente aos outros tipos de família. Isto é, em 1993-94, 82,6% do total de homens chefes de família nuclear estavam ocupados, passando para 76,9% em 2002-03. Nesse segmento, observa-se também aumento das parcelas na condição de inatividade (de 12,1% para 15,8%) e de desemprego, como já foi visto.

Bastante diverso foi o comportamento verificado entre as mulheres-cônjuge, cuja proporção de ocupadas (de 40,7% em 1993-94 para 45,0% em 2002-03)<sup>13</sup> sofreu forte elevação, acompanhada por aumento também expressivo do desemprego, cuja parcela duplicou no período (de 4,7% para 8,2% no interior da PIA). Note-se que este último aumento esteve largamente influenciado pela evolução da parcela de chefes com filhos pequenos, com até seis anos, seguida daquela com filhos entre sete e 15 anos. No primeiro caso, a proporção de mulheres-chefe que estavam desempregadas mais do que duplicou no período em foco — passou de 6,1% em 1993-94 para 12,5% em 2002-03. Mais uma vez, cabe lembrar que, além das dificuldades impostas pela conjuntura econômica do período, esse importante aumento esteve associado ao intenso fluxo de mulheres-cônjuge que ingressaram no mundo do trabalho, ocasionando redução das que se encontravam na condição de inatividade — de 54,6% em 1993-94 para 46,8% em 2002-03.

<sup>13</sup> Esse melhor desempenho ocorreu, em boa medida, por conta das que tinham filhos com idade superior a 16 anos, cujo acréscimo foi de 8,5 pontos percentuais em 2002-03, em relação a 1993-94 (de 30,2% para 38,7%). As com filhos com idades menores também melhoraram sua condição ocupacional, mas em proporção bem inferior.

Tabela 7

Taxa de desemprego dos chefes de família e das mulheres-cônjuge, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(%)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94	2002-03
<b>Unipessoal feminina</b> .....	8,2	9,9
<b>Unipessoal masculina</b> .....	10,6	11,3
<b>Monoparental feminina</b> .....	10,9	15,5
Com filhos até 6 anos .....	15,7	23,9
Com filhos de 7 a 15 anos .....	10,3	14,2
Com filhos de 16 anos e mais .....	7,4	11,9
<b>Monoparental masculina</b> .....	5,5	9,4
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina</b> .....	12,6	8,6
Com filhos até 6 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 7 a 15 anos .....	(1)-	(1)-
Com filhos de 16 anos e mais .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia feminina, sem filhos</b> .....	(1)-	(1)-
<b>Nuclear com chefia masculina</b> .....	6,0	9,2
Com filhos até 6 anos .....	6,8	9,6
Com filhos de 7 a 15 anos .....	5,4	8,1
Com filhos de 16 anos e mais .....	3,8	7,3
<b>Nuclear com chefia masculina, sem filhos</b> .....	6,8	9,2
<b>Mulheres-cônjuge</b> .....	10,4	15,4
Sem filhos .....	11,0	14,8
Com filhos até 6 anos .....	13,4	21,9
Com filhos de 7 a 15 anos .....	7,7	12,7
Com filhos de 16 anos e mais .....	5,4	7,9
<b>Outros</b> .....	7,4	12,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.



Tabela 8

Tempo médio despendido na procura por trabalho dos chefes de família e das mulheres-cônjuge, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(semanas)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94	2002-03
Unipessoal feminina .....	(1)-	56
Unipessoal masculina .....	25	48
Monoparental feminina .....	30	53
Monoparental masculina .....	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia feminina .....	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia feminina, sem filhos .....	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia masculina .....	25	46
Nuclear com chefia masculina, sem filhos .....	24	44
Mulheres-cônjuge .....	(1)-	48
Outros .....	29	52

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Nas outras categorias familiares em que os chefes apresentaram decréscimo na proporção de ocupados, a redução foi menor: de 60,6% para 55,2% na família monoparental masculina, entre os biênios inicial e final da série, seguida da monoparental feminina, com 50,2% para 48,7%, e da unipessoal masculina, com 65,2% para 63,5%; registrou-se relativa estabilidade na unipessoal feminina (de 35,8% para 35,3%).

O exame dos dados sugere que o aumento observado na proporção de mulheres ocupadas — seja na posição de chefes de família nuclear, seja na de cônjuges — está intrinsecamente relacionado aos novos arranjos familiares que ocorreram durante as últimas décadas, aos novos papéis que passaram a ser exercidos pelas mulheres, inclusive o de provedora, e à conseqüente necessidade de vinculação ao mercado de trabalho, mesmo que de forma precarizada, como se verá a seguir.

## Crescimento da ocupação feminina tende para situações de trabalho mais precarizadas

No âmbito ocupacional, as alterações na inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho mostram uma heterogeneização das formas de contratação tanto quanto das relações de trabalho em geral. Nesse movimento, evidencia-se tendência de diminuição do padrão de contratação vigente nas décadas anteriores, baseado no assalariamento legalizado, em favor de formas alternativas de inserção, compondo um padrão relativamente mais flexível.

Para o exame desse fenômeno entre os diferentes arranjos familiares, procedeu-se a uma classificação das formas de inserção ocupacional, de modo a comparar a inserção padrão — assalariamento legalizado, público e privado — com outras modalidades alternativas. Estas últimas foram classificadas em quatro categorias ocupacionais, a partir das quais se examina a inserção no mercado de trabalho de chefes de domicílio

e de mulheres-cônjuge: flexibilizada direta (trabalhador assalariado sem carteira de trabalho assinada, no setor privado e no setor público); flexibilizada terceirizada (trabalhador assalariado terceirizado com carteira, assalariado terceirizado sem carteira e autônomo que trabalha para uma empresa); trabalho autônomo ou por conta própria (indivíduo que trabalha para o público em geral); e emprego doméstico.

Em uma análise geral dos dados da Tabela 9, evidencia-se que as mudanças nas formas de inserção de chefes e cônjuges acompanharam o padrão observado para o conjunto da força de trabalho. De fato, no decorrer do período em foco, registrou-se queda generalizada na parcela de trabalhadores com inserção padrão e aumento em praticamente todas as demais categorias. Apesar disso, em 2002-03, a inserção padrão ainda concentrava a maioria dos trabalhadores, com participações variando entre 52,6% e 62,8%, exceção feita aos chefes de famílias monoparentais, em que essa modalidade abarcava ao redor de 48% dos chefes ocupados.

Quanto às demais modalidades de inserção, observou-se que o crescimento entre chefes de domicílio e mulheres-cônjuge esboçou um certo padrão de comportamento, quando analisado sob o recorte de gênero, ainda que se tenha distribuído de maneira distinta.

De fato, considerando-se o contingente feminino (chefias de famílias unipessoais e monoparentais e as cônjuges), observam-se incrementos expressivos nas formas de inserção flexibilizada direta e no emprego doméstico. Ressalta-se como particularidade que as chefias de famílias monoparentais foram as únicas a apresentar incremento da ocupação em todas as inserções alternativas, com aumentos mais expressivos nas flexibilizadas (em conjunto, a parcela relativa passou de 9,8% para 12,6% entre 1993-94 e 2002-03 respectivamente) e no emprego doméstico (20% e 23,7% respectivamente).

As famílias chefiadas por homens registraram um padrão diverso, com ampliação nas duas modalidades de inserção flexibilizada e no trabalho por conta própria. Este último cresceu especialmente entre os chefes de famílias monoparentais, que já apresentavam a parcela mais elevada de trabalhadores por conta própria: em 2002-03, essa forma de inserção ocupacional abarcava mais de um terço (35,9%) dos chefes trabalhadores.

Portanto, ao se analisar a evolução geral das formas de inserção dos chefes de família e de cônjuges no mercado de trabalho, constata-se que as mudanças observadas vêm ampliando situações que implicam maior precariedade nas relações de trabalho, o que se manifesta na ampliação do desemprego e de inserções laborais alternativas.

No âmbito ocupacional, a evolução mostrou alterações importantes frente ao padrão de décadas anteriores, com queda na inserção padrão e ampliação de modalidades geralmente associadas a condições mais precárias de inserção laboral. Essa situação parece ter se intensificado no segmento feminino, uma vez que as formas ocupacionais que mais cresceram foram aquelas que se encontram à margem da legislação trabalhista — notadamente no caso da flexibilizada direta, mas também no emprego doméstico — e/ou que apresentam os rendimentos do trabalho mais deprimidos, como é o caso do emprego doméstico<sup>14</sup>. As dificuldades que tais condições colocam para as mulheres potencializam-se quando elas precisam dar conta, praticamente sozinhas, do seu sustento tanto quanto do de seus filhos, além dos afazeres domésticos. Essa realidade torna-se particularmente preocupante ao se constatar quão elevadas são as parcelas referentes às duas categorias de inserção supramencionadas entre as mulheres chefes de família monoparental, caso em que a situação de precariedade e vulnerabilidade tende a afetar mais intensamente todo o grupo familiar. Isto porque sobre a mulher-chefe recai a quase total responsabilidade da manutenção da família, pois, mesmo que parte dos filhos esteja no mercado de trabalho — como já indicado, sua taxa de participação era de 56,1% em 2002-03 —, essas mulheres contribuem, em média, com nada menos do que 78,0% do total do rendimento familiar (Tabela 14).

<sup>14</sup> Cabe referir que, entre as mudanças recentes no mercado de trabalho, não obstante a prevalência da precarização, se têm registrado situações mais favoráveis à inserção laboral feminina. Ou seja, estudos têm revelado que, ao menos para uma parcela de mulheres trabalhadoras, vêm sendo abertas oportunidades promissoras de trabalho, seja em função de suas qualificações — adquiridas ou tácitas —, seja nos rendimentos auferidos. A respeito, ver Lavinias (2001) e Toni (2001).

Tabela 9

Distribuição dos ocupados chefes de família e das mulheres-cônjuge, por tipo de família, segundo as modalidades de inserção ocupacional, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(%)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94				
	Inserção Padrão (1)	Flexibilizada Direta (2)	Flexibilizada Terceirizada (3)	Conta Própria	Emprego Doméstico
Unipessoal feminina .....	61,9	(4)-	(4)-	15,1	13,2
Unipessoal masculina .....	65,3	(4)-	(4)-	20,4	(4)-
Monoparental feminina .....	55,8	4,6	5,2	14,3	20,1
Monoparental masculina .....	58,5	(4)-	(4)-	27,0	(4)-
Nuclear com chefia feminina .....	58,9	(4)-	(4)-	(4)-	(4)-
Nuclear com chefia feminina, sem filhos	(4)-	(4)-	(4)-	(4)-	(4)-
Nuclear com chefia masculina .....	68,8	6,2	4,2	20,4	(4)-
Nuclear com chefia masculina, sem filhos	69,1	6,7	4,0	19,8	(4)-
Mulheres-cônjuge .....	57,0	4,4	5,2	18,6	14,8
Outros .....	70,6	(4)-	(4)-	13,8	(4)-

TIPOS DE FAMÍLIA	2002-03				
	Inserção Padrão (1)	Flexibilizada Direta (2)	Flexibilizada Terceirizada (3)	Conta Própria	Emprego Doméstico
Unipessoal feminina .....	60,1	9,1	(4)-	13,3	13,0
Unipessoal masculina .....	58,7	10,2	7,7	21,8	(4)-
Monoparental feminina .....	48,6	6,4	6,2	15,1	23,7
Monoparental masculina .....	48,7	(4)-	(4)-	35,9	(4)-
Nuclear com chefia feminina .....	52,6	(4)-	(4)-	(4)-	(4)-
Nuclear com chefia feminina, sem filhos	62,8	(4)-	(4)-	(4)-	(4)-
Nuclear com chefia masculina .....	61,5	7,4	7,9	22,7	(4)-
Nuclear com chefia masculina, sem filhos	61,6	8,3	7,3	22,5	(4)-
Mulheres-cônjuge .....	53,3	6,3	5,4	18,4	16,6
Outros .....	59,1	13,9	(4)-	14,8	(4)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) Assalariamento legalizado, público e privado. (2) Trabalhador assalariado sem carteira de trabalho assinada, no setor privado e no setor público. (3) Trabalhador assalariado terceirizado com carteira, assalariado terceirizado sem carteira e autônomo que trabalha para uma empresa. (4) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

## Rearranjos familiares consolidam participação da mulher na composição do rendimento familiar

O rendimento do trabalho, à medida que constitui variável determinante para o padrão de vida, tem sido utilizado como *proxy* do bem-estar da população. Agregando-se a esse aspecto a superação do paradigma do chefe provedor, conforme mencionado anteriormente, a análise dos rendimentos do trabalho, enquanto indicador de qualidade de vida, passa a ter na família — e não mais no indivíduo isolado e no seu rendimento pessoal, como tradicionalmente ocorria em estudos nessa área — a unidade estatística relevante para pesquisa e estudo. Tal enfoque não só permite se levarem em consideração os diferentes arranjos familiares de inserção laboral com vistas ao partilhamento da responsabilidade pela manutenção do grupo doméstico, mas também, como coloca Rocha (2003, p. 36),

“(…) possibilita ser o mais abrangente possível em relação à população como um todo e levar em conta a estratégia de sobrevivência normalmente adotada pelas pessoas: recorrer aos indivíduos que têm rendimentos para o atendimento das necessidades daqueles sem rendimento na família”.

Tais pressupostos embasam a análise dos rendimentos do trabalho e de sua evolução na RMPA, no período focado neste estudo, a qual privilegia diferentes recortes analíticos com vista a captar especialmente a participação feminina na composição do rendimento familiar. Assim, uma primeira aproximação da situação das famílias no que diz respeito aos rendimentos do trabalho é realizada a partir dos indicadores **renda familiar média, renda/hora média dos chefes de família e das mulheres-cônjuge e renda familiar per capita**, os quais formam um conjunto de variáveis que, como já referido, constitui fator determinante para a qualidade de vida da população. Prosseguindo, investiga-se a contribuição dos membros da família no rendimento familiar total, bem como a distribuição dos diferentes tipos de família segundo seu rendimento total, buscando identificar alterações no partilhamento da responsabilidade na manutenção do grupo doméstico, com destaque para a participação das mulheres, e hierarquizar os tipos de família conforme seus rendimentos.

No que concerne à condição das famílias quanto ao patamar da renda familiar média<sup>15</sup>, observa-se a permanência de um padrão que segue as seguintes características: as famílias unipessoais apresentavam os valores mais baixos entre os tipos considerados — notadamente no caso da unipessoal feminina (R\$ 868 ao final do período em análise) —, seguindo-se as monoparentais femininas, cuja renda média se aproximava daquela registrada para as famílias unipessoais masculinas.<sup>16</sup> No extremo oposto, com renda familiar média mais elevada, estavam as famílias nucleares com chefia masculina, sendo o valor maior registrado para aquelas com filhos (R\$ 1.701 no último período face aos R\$ 1.514 da categoria sem filhos) — Gráfico 4 e Tabela 10.

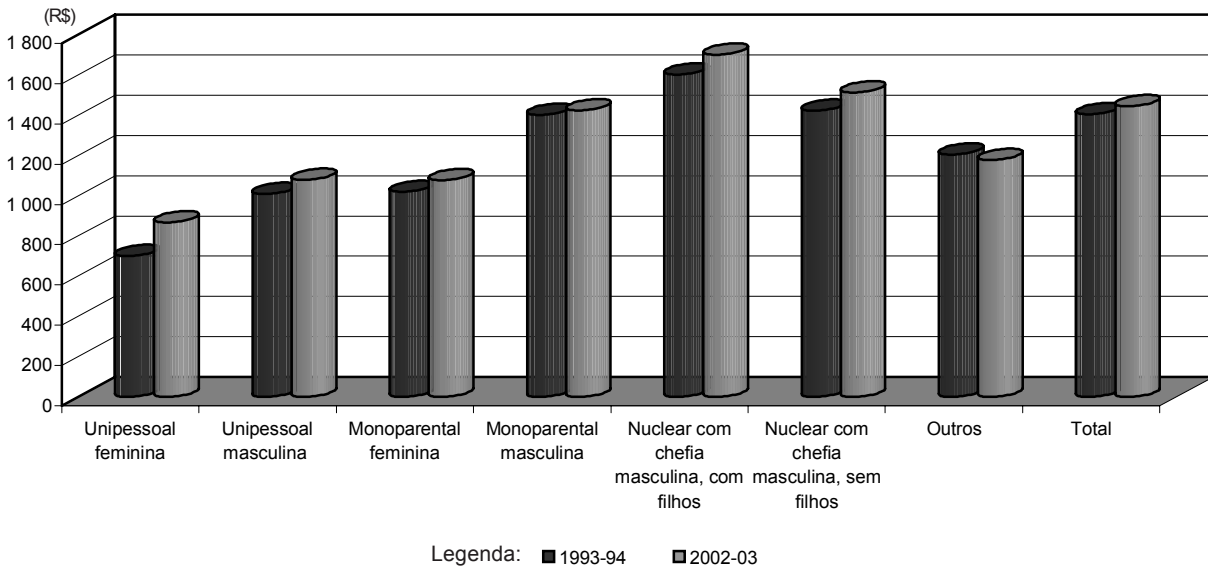
Analisando-se os valores do rendimento familiar médio real e considerando-se sua evolução no decorrer do período em análise, sobressaem-se os seguintes aspectos: (a) as famílias com chefia feminina (unipessoal e monoparental) apresentavam rendas médias inferiores *vis-à-vis* aos pares com chefia masculina; e (b) houve crescimento praticamente generalizado do rendimento médio real, com variações em torno de 6% para cada categoria, excetuando-se a categoria unipessoal feminina, que acusou o expressivo incremento de 24%, diminuindo seu diferencial frente às demais, não obstante permanecer como a de menores rendimentos médios. Observe-se ainda que a categoria outros foi a única a apresentar variação negativa, de 2,2% (Gráfico 5).

<sup>15</sup> A renda familiar média compreende, além dos rendimentos do trabalho, rendimentos provenientes de aposentadoria e de pensões.

<sup>16</sup> Note-se que, no final do período, os valores para essas duas categorias praticamente se equivaliam, sendo que o tipo monoparental feminina registrava renda média levemente inferior ao unipessoal masculina (R\$ 1.078 e R\$ 1.080 respectivamente).

Gráfico 4

Renda familiar média, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Tabela 10

Renda familiar média, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94 (R\$)	2002-03 (R\$)	Δ%
Unipessoal feminina .....	700	868	24,0
Unipessoal masculina .....	1 010	1 080	6,9
Monoparental feminina .....	1 020	1 078	5,7
Monoparental masculina .....	1 403	1 425	1,6
Nuclear com chefe feminina, com filhos .....	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefe feminina, sem filhos .....	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefe masculina, com filhos ...	1 602	1 701	6,2
Nuclear com chefe masculina, sem filhos ...	1 423	1 514	6,4
Outros .....	1 205	1 178	-2,2
<b>Total</b> .....	<b>1 405</b>	<b>1 445</b>	<b>2,8</b>

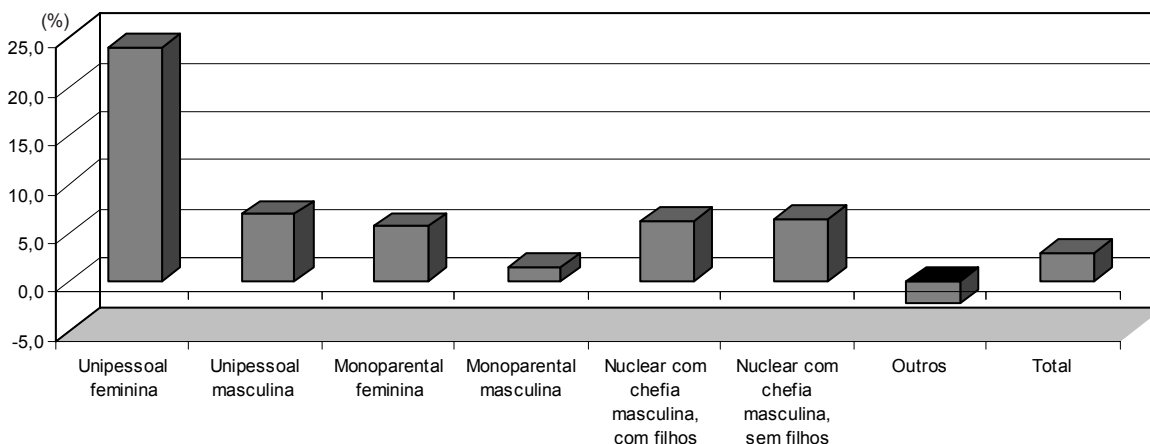
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores de set./04.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Gráfico 5

Varição da renda familiar média, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 a 2002-03



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Todavia é preciso destacar que, para o conjunto de famílias da Região, a evolução da renda familiar média não foi tão promissora, uma vez que, em termos reais, esse indicador pouco se alterou, com ganhos de apenas 2,8%. Tal resultado encontra-se atrelado ao fato de que os rearranjos familiares ocorridos no período tenderam a ampliar os tipos de famílias que apresentavam rendimentos mais deprimidos em detrimento daqueles com rendas médias mais elevadas — emblemática, aqui, foi a queda na proporção de famílias com chefia masculina, as quais detinham as médias mais altas.

Ao se examinar o rendimento/hora médio real<sup>17</sup> dos chefes de família e das mulheres-cônjuge, o quadro anteriormente descrito altera-se, ainda que mantenha a tendência de rendimentos inferiores para as categorias femininas. De fato, nos biênios extremos do período analisado, o rendimento/hora médio mais baixo foi registrado entre as chefes de família monoparental feminina e cônjuges mulheres (R\$ 3,92 e R\$ 3,84, respectivamente, ao final do período). Já a categoria unipessoal feminina estava entre as que auferiam rendimentos/hora mais elevados, ao lado da unipessoal masculina. Para essas categorias, o rendimento/hora era superior a R\$ 5,00 nos biênios extremos do período em análise, alcançando o valor mais elevado entre as unipessoais femininas ao seu final (R\$ 5,94). As famílias nucleares com chefia masculina encontravam-se em situação intermediária, com rendimento/hora médio próximo aos R\$ 5,00 ao final do período (Tabela 11).

Na evolução do rendimento/hora médio real, todavia, fica evidente a tendência de aumento maior para as categorias compostas por mulheres — especialmente a monoparental e a unipessoal — frente àquelas com chefes masculinos. Destaca-se, nesse aspecto, a expressiva variação de 23,3% para as chefias de famílias monoparentais femininas, cujo rendimento/hora médio chegou a ultrapassar o auferido pelas cônjuges no último período — Gráfico 6. Nas famílias com chefia masculina, os aumentos foram, em geral, inferiores aos observados nas categorias compostas por mulheres, variando entre 5,3% para as uniparentais masculinas e 11,8% para as nucleares com chefia masculina, sem filhos.

<sup>17</sup> O rendimento/hora médio refere-se aos rendimentos provenientes do trabalho, conseqüentemente abarcando apenas os indivíduos ocupados.

Tabela 11

Rendimento/hora médio real dos chefes de família e das mulheres-cônjuge ocupados, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94 (R\$)	2002-03 (R\$)	Δ%
Unipessoal feminina .....	5,23	5,94	13,6
Unipessoal masculina .....	5,46	5,75	5,3
Monoparental feminina .....	3,18	3,92	23,3
Monoparental masculina .....	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia feminina .....	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia feminina, sem filhos ...	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia masculina .....	4,48	4,84	8,0
Nuclear com chefia masculina, sem filhos	4,31	4,82	11,8
Mulheres-cônjuge .....	3,48	3,84	10,3
Outros .....	4,11	4,54	10,5

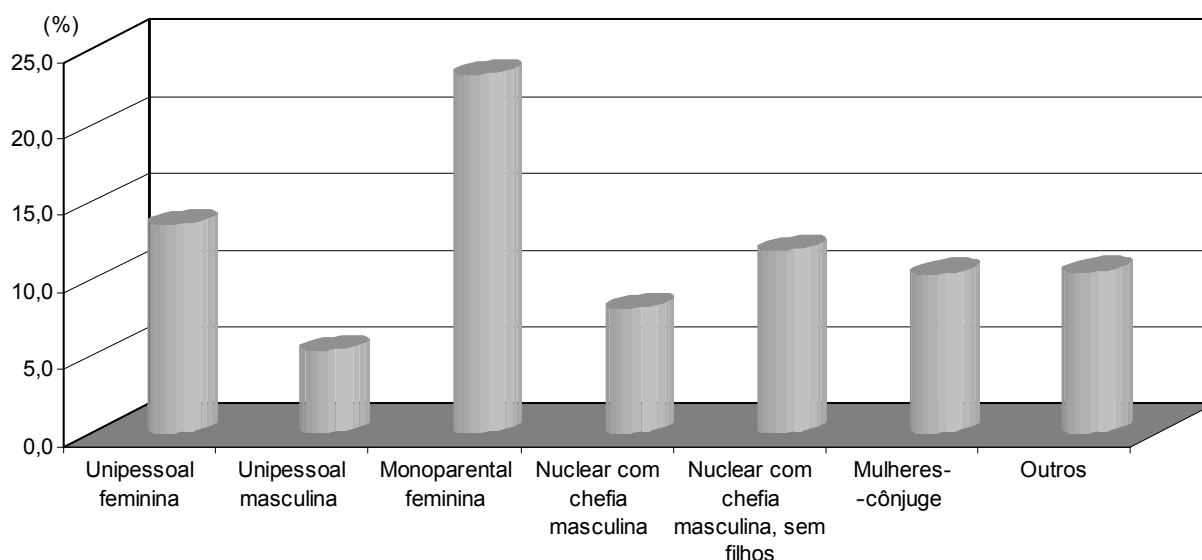
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores de set./04.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Gráfico 6

Variação do rendimento/hora médio real dos chefes de família e das mulheres-cônjuge ocupados, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 a 2002-03



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.



Direcionando-se a análise para o rendimento familiar *per capita*<sup>18</sup>, é possível uma melhor aproximação do nível de bem-estar da população, pois esse indicador, ao levar em conta os diferenciais de tamanho das famílias, permite verificar o *quantum* de renda que caberia a cada um dos componentes do grupo familiar.

Quanto a esse indicador, a hierarquia entre os tipos de família e sua evolução no decorrer do período guardam semelhança com o analisado em relação aos outros dois indicadores de renda. Isto é, a evolução registrada no decorrer do período continuou a se revelar mais favorável às categorias compostas por mulheres, especialmente para a unipessoal, seguindo-se a monoparental, cujos aumentos na renda familiar *per capita* foram de 24,0% e 10,1% respectivamente; para as famílias unipessoais masculinas e as nucleares com chefia masculina, os aumentos foram um pouco menores, variando entre 6,9% e 9,9% (Tabela 12).

Dentre as famílias compostas por mais de uma pessoa<sup>19</sup>, a monoparental feminina apresentava o rendimento familiar médio *per capita* mais baixo, e a nuclear com chefia masculina sem filhos, o mais elevado — R\$ 339 e R\$ 714, respectivamente, em 2002-03.

Da análise conjunta dos três indicadores de rendimento familiar médio, é possível concluir que a família de tipo monoparental feminina é a que se encontra em situação mais desfavorável no que respeita ao patamar de rendimentos do trabalho: sua renda familiar média é das mais baixas (supera apenas a das famílias unipessoais femininas); o rendimento/hora médio da chefe de domicílio é o mais deprimido, ficando próximo do auferido pelas cônjuges (note-se que, em 2002-03, se situava levemente acima do verificado para as cônjuges, graças ao expressivo aumento registrado no decorrer do período em foco); e a renda média familiar *per capita* é, inequivocamente, a menor dentre todas as das categorias — excluindo-se as unipessoais. Tal situação reflete, em boa medida, o fato de que esse grupo de famílias é composto por dois segmentos de trabalhadores que geralmente apresentam rendimentos mais baixos — mulheres e filhos.

## Amplia-se a contribuição da mulher no rendimento familiar total

Refinando a análise, é possível identificarem-se mudanças nas estratégias de inserção laboral e de manutenção do grupo familiar, as quais se manifestam em rearranjos na composição da renda familiar, conforme a posição dos membros em seu interior.

Observando-se os dados da Tabela 13, verifica-se que a participação do homem na composição do rendimento familiar — seja na posição de chefe, seja na de cônjuge — é decididamente a mais expressiva, embora a proporção aportada venha declinando face ao aumento da participação do rendimento advindo das cônjuges e de outros componentes da família. Assim, se, no início do período, a contribuição dos homens ultrapassava a metade do total da renda familiar em todos os tipos de família, essa condição desaparece no tipo nuclear com chefia feminina, dado o expressivo aumento da parcela referente à contribuição da mulher no total do rendimento familiar — essa participação passou de 34,3% para 43,6% no período em análise, enquanto a do cônjuge masculino declinou para 47,0% face aos 57,8% iniciais. Nos outros dois tipos, a participação do rendimento auferido pelos chefes masculinos caiu em menor proporção, passando dos 68,8% registrados para ambos no primeiro período para 66,9% na monoparental masculina e para 65,1% na nuclear com chefia masculina, em 2002-03. Note-se que as alterações nos dois tipos de família nuclear foram fundamentalmente determinadas pelo aumento da participação do rendimento das mulheres — chefes ou cônjuges —, uma vez que a proporção dos demais membros da família, ainda que ascendente, pouco se alterou (Tabela 14).

<sup>18</sup> O rendimento familiar *per capita* consiste na divisão do rendimento familiar pelo número total de membros da família.

<sup>19</sup> Excluem-se aqui as famílias unipessoais, nas quais, por definição, a renda familiar *per capita* equivale ao rendimento familiar médio. Assim, o fato de apresentarem a renda *per capita* mais elevada entre os tipos analisados resulta, em grande parte, dessa condição.

Tabela 12

Renda média familiar *per capita*, segundo o tipo de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94 (R\$)	2002-03 (R\$)	Δ%
Unipessoal feminina .....	700	868	24,0
Unipessoal masculina .....	1 010	1 080	6,9
Monoparental feminina .....	308	339	10,1
Monoparental masculina .....	418	463	10,8
Nuclear com chefia feminina, com filhos .....	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia feminina, sem filhos .....	(1)-	(1)-	(1)-
Nuclear com chefia masculina, com filhos .....	382	420	9,9
Nuclear com chefia masculina, sem filhos .....	665	714	7,4
Outros .....	473	475	0,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores de set./04.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 13

Composição da renda familiar, por posição do indivíduo no domicílio, segundo tipos selecionados de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

(%)

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94			2002-03		
	Chefe	Cônjuge	Outros	Chefe	Cônjuge	Outros
Monoparental feminina .....	56,3	0,0	43,7	60,8	0,0	39,2
Monoparental masculina .....	68,8	0,0	31,2	66,9	0,0	33,1
Nuclear com chefia feminina .....	34,3	57,8	7,9	43,6	47,0	9,4
Nuclear com chefia masculina .....	68,8	21,0	10,2	65,1	24,5	10,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Tabela 14

Proporção da renda das mulheres na composição da renda familiar, segundo tipos selecionados de família, na RMPA — 1993-94 e 2002-03

TIPOS DE FAMÍLIA	1993-94	2002-03
Monoparental feminina .....	75,7	78,0
Monoparental masculina .....	14,6	16,2
Nuclear com chefia feminina .....	37,6	47,9
Nuclear com chefia masculina .....	25,3	29,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores de set./04.

A crescente relevância do aporte de rendimentos auferidos pelas mulheres na composição do rendimento familiar total ainda pode ser constatada entre as famílias monoparentais femininas, nas quais a contribuição da mulher-chefe, que já era majoritária no início do período em foco (56,3%), alcançou 60,8% ao seu final, aumentando, portanto, sua responsabilidade na manutenção do grupo familiar. Como última observação a respeito dos dados da Tabela 14, constata-se que a contribuição dos demais membros da família — basicamente filhos — para o rendimento total é minoritária nas de tipo nuclear, ficando em torno de 10%, ao passo que supera um terço no caso das monoparentais, nas quais os filhos tinham as taxas de participação mais elevadas, conforme já observado. Tais resultados sugerem rearranjos específicos nestas últimas, em que devem ser maiores a necessidade e a pressão para os filhos ou outros componentes da família se engajarem no mercado de trabalho, com o fito de prover o sustento familiar. Nas famílias nucleares, essa pressão certamente se vê atenuada pela elevada participação dos chefes e cônjuges no mercado de trabalho.

As alterações na composição da renda familiar entre os componentes da família encontram-se associadas aos rearranjos internos aos grupos familiares no que respeita à sua participação no mercado de trabalho, anteriormente analisados, que acabam se refletindo na contribuição de cada membro no total do rendimento familiar. Ou seja, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e especialmente o aumento da proporção de ocupadas nas categorias nuclear com chefia feminina e cônjuges mulheres resultaram em aumentos na parcela do rendimento familiar advindos da contribuição das mulheres. Essa situação pode ser melhor visualizada através dos dados da Tabela 14, na qual fica demonstrado que a proporção da renda das mulheres — em qualquer posição que detenham na família — avançou em todos os tipos de família ora em foco, sendo mais expressivos nos dois tipos de família nuclear: no período, essa contribuição passou de 37,6% para 47,9% naquelas com chefia feminina e de 25,3% para 29,0% nas com chefia masculina.

Complementando a análise da situação das famílias no que diz respeito aos rendimentos do trabalho, os dados da Tabela 15 são elucidativos no sentido de propiciar informações sobre a hierarquia dos tipos de família quanto aos rendimentos totais auferidos, de modo a permitir inferências sobre a qualidade de vida dos grupos concernidos. Para tanto, as famílias foram distribuídas considerando-se seus rendimentos totais segundo faixas de salários mínimos (SMs), atendo-se à situação referente ao final do período analisado (2002-03) e identificando-se, assim, a condição mais recente dos grupos familiares.

Em uma visualização geral, constata-se que as famílias unipessoais apresentavam elevada concentração na faixa de rendimentos mais baixos — até dois SMs —, seguidas pelo tipo monoparental feminino; na outra ponta, as de tipo nuclear detinham condições mais favoráveis, estando majoritariamente nas faixas acima de quatro SMs, com leve concentração na de mais de sete SMs (Gráfico 7).

Tabela 15

Distribuição da renda familiar, por faixas de salário mínimo, segundo os tipos de família, na RMPA — 2002-03

(%)

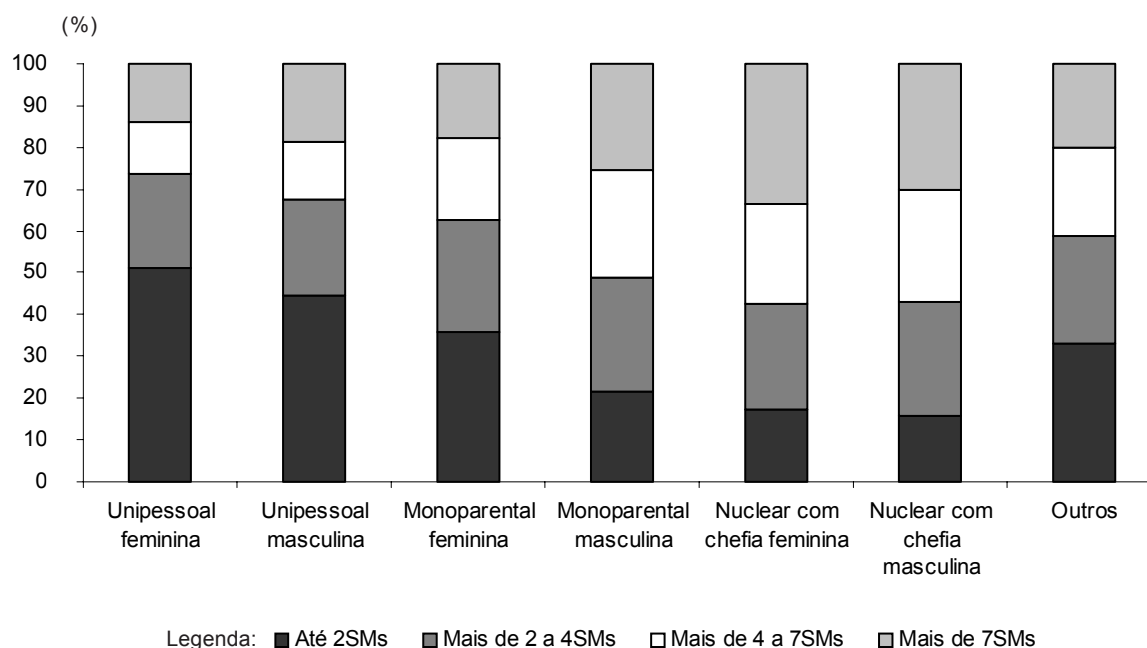
TIPOS DE FAMÍLIA	ATÉ 2SMs	MAIS DE 2 A 4SMs	MAIS DE 4 A 7SMs	MAIS DE 7SMs
Unipessoal feminina .....	51,1	22,4	12,6	13,8
Unipessoal masculina .....	44,6	22,8	13,8	18,8
Monoparental feminina .....	35,9	26,7	19,7	17,7
Monoparental masculina .....	21,3	27,6	25,8	25,3
Nuclear com chefia feminina .....	17,2	25,1	24,2	33,4
Nuclear com chefia masculina .....	16,0	27,1	26,8	30,1
Outros .....	33,2	25,8	20,8	20,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; faixas de salários mínimos determinadas pelos valores de set./04.

Gráfico 7

Distribuição da renda familiar, por faixas de salário mínimo e tipos de família selecionados, na RMPA — 1993-94 e 2002-03



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Dentre as famílias unipessoais, mais da metade daquelas compostas por mulheres (51,1%) encontravam-se na faixa de rendimentos mais baixos, sendo essa parcela de 44,6% para as masculinas. Tais resultados podem ser explicados devido à conjugação de uma série de fatores que caracterizam essas famílias. No caso das unipessoais femininas, a taxa de participação é bastante baixa (cerca de 39%), refletindo a elevada inatividade nesse grupo (mais de 60%), o que se explica, em boa parte, por se tratarem, em sua maioria, de pessoas com idade mais avançada (51,2% tinham mais de 60 anos), que auferem rendimentos provindos de pensões e aposentadorias. Já nas unipessoais masculinas, a taxa de participação é das mais altas (superior a 70%) — superada apenas pela dos chefes nas famílias de tipo nuclear com chefia masculina, com filhos —, e cerca de dois terços dos homens estão ocupados, contra 35% das mulheres. Tais condições devem contribuir para garantir a esse contingente rendimentos um pouco mais elevados, além do fato, bastante conhecido, referente ao diferencial de rendimentos nas relações de gênero, que invariavelmente coloca as mulheres em situação mais desfavorável.<sup>20</sup>

As famílias monoparentais femininas também apresentavam parcela expressiva na faixa de rendimentos de até dois SMs (35,9%), embora em patamar inferior às unipessoais. Excetuando-se estas últimas, as monoparentais femininas concentravam-se nas faixas de rendimentos mais baixos, visto que dois terços delas tinham rendimento médio familiar de, no máximo, quatro SMs. Entre as monoparentais masculinas, esse percentual baixava para cerca da metade do grupo, sendo pouco superior a 40% nas de tipo nuclear. Estas, por sua vez, encontravam-se na situação mais favorável face às demais, confirmando a análise já realizada a partir das informações da renda média familiar total. A situação, aqui, pouco diferia, quer se tratasse de chefia masculina, quer fosse feminina: em ambos os casos, a maior parcela de famílias (cerca de um terço) encontrava-se na faixa de rendimentos mais elevados, superior a sete SMs, e aproximadamente um quarto distribuía-se em cada uma das faixas imediatamente anteriores.

Concluindo a análise do rendimento das famílias e de sua evolução no período enfocado neste estudo, sobressaem-se ao menos dois aspectos, os quais guardam estreita associação com as relações de gênero e as mudanças de que têm sido alvo no período recente. O mais abrangente deles se refere ao aumento generalizado da proporção do rendimento das mulheres na composição do rendimento familiar total, indicando um maior partilhamento dos componentes da família na responsabilidade pela manutenção do grupo doméstico. Um outro aspecto aponta um tipo específico de família, a monoparental feminina, cujas condições de rendimento, nos vários recortes analíticos realizados, colocava essa categoria em situação relativamente mais desfavorável frente às demais. De fato, tal grupo detinha o rendimento familiar *per capita* mais baixo, a menor renda média familiar total (exceção feita às unipessoais femininas) e, excetuando-se as famílias unipessoais, concentrava-se nas faixas de rendimento médio familiar total mais baixo. Registre-se que, não obstante essa condição ter se mantido por todo o período, a evolução dos rendimentos pode ter atenuado essa situação, uma vez que a renda média familiar *per capita* dessas famílias, tanto quanto o rendimento/hora médio real da chefe do domicílio, obteve aumentos dos mais expressivos entre os tipos analisados.

## Notas finais

Os resultados deste estudo sobre a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho, considerando os diferentes tipos de arranjos familiares, confirmaram a redução da importância relativa do modelo familiar tradicional e o fortalecimento de uma diversidade de novos arranjos, fenômeno associado aos impactos das mudanças socioculturais nas relações de gênero e das transformações demográficas e econômicas ocorridas a partir dos anos 90.

<sup>20</sup> Estudo de Kreling (2002) a respeito da população idosa atesta essa assertiva, ao constatar, para o final da década de 90, que o rendimento médio das pessoas com 60 anos e mais era de R\$ 461 entre as mulheres e de R\$ 880 entre os homens (valores em reais de dez./01), sendo menor que essa média para as pessoas aposentadas e/ou pensionistas e superior para os ocupados.

Sobressaíram-se da análise algumas questões que, não sendo exclusivas da RMPA, todavia decorrem de fenômenos que incidiram com especial intensidade nesse espaço regional e merecem destaque por se relacionarem diretamente com a qualidade de vida das famílias e a ampliação dos níveis de pobreza de expressiva parcela da população.

Na RMPA, ao longo do período enfocado, foi constatado crescimento de todos os tipos de arranjos alternativos ao modelo tradicional de família — nuclear com provedor único masculino —, principalmente daqueles em que as mulheres assumem a chefia. Agrupando-se os tipos de família em que a mulher pode ser considerada como chefe de família — unipessoal feminina, monoparental feminina e nuclear com chefia feminina —, percebe-se a intensidade com que se alterou o padrão vigente, pois as modalidades com chefia feminina passaram a representar um quarto (25,2%) do total de famílias da Região em 2002-03 frente aos 19,1% do início da série analisada. Dados do **Censo 2000** já mostravam que a Cidade de Porto Alegre era a capital com maior proporção de domicílios chefiados por mulheres, bem como com maior proporção de famílias unipessoais femininas.

Segundo o estudo, a conformação desses rearranjos mostrou-se fundamental para entender a dinâmica de crescimento da presença feminina na força de trabalho da RMPA, no período enfocado, pois algumas situações tendem a estimular ou até a compelir as mulheres ao mercado de trabalho — como a responsabilidade exclusiva pelo provimento do núcleo familiar —, enquanto outras exercem um efeito limitante à intensidade e à qualidade da participação laboral das mesmas — a presença de filhos pequenos, por exemplo, que exigem cuidados e atenção intensos. De fato, os dados mostraram que mulheres com filhos menores de seis anos apresentaram desvantagens em sua inserção, expressas nas mais elevadas taxas de desemprego.

Tais alterações na estrutura familiar da RMPA impactaram sobre a expansão da presença feminina no mercado de trabalho regional, expressando-se através do aumento da taxa de participação das mulheres com chefia de família e, num movimento mais intenso, das mulheres-cônjuge, o que evidencia a consolidação de um padrão de provimento familiar compartilhado. Como contraponto a este último dado, registrou-se a queda na taxa de participação dos homens-chefe de família.

Assim, o aumento das famílias chefiadas por mulheres e o crescimento da participação do trabalho das mulheres na composição da renda das famílias foram a tônica no período analisado. Todavia a ampliação da participação feminina na força de trabalho da RMPA não tem garantido qualidade de inserção às mulheres, como mostra a permanência de indicadores desfavoráveis frente à força de trabalho masculina — taxas de desemprego mais elevadas, rendimentos inferiores, maior precarização laboral. Nesse sentido, o aumento das modalidades familiares com chefia feminina, especialmente das famílias monoparentais, dada a situação mais desfavorável que as típicas, suscita algumas reflexões sobre as condições gerais de vida dessas famílias.

De fato, os resultados deste estudo mostram que os arranjos familiares que mais cresceram foram justamente os que apresentaram os menores valores de renda familiar média, e a maioria (cerca de dois terços) das famílias monoparentais femininas e aproximadamente a metade das unipessoais femininas concentraram-se nas faixas mais baixas de rendimento familiar médio (até quatro salários mínimos). As famílias monoparentais femininas apresentaram, no período em foco, a renda *per capita* familiar mais baixa, as chefes eram responsáveis por percentuais expressivos na formação da renda total da família (60,8%) e, ao final do período, apresentaram as taxas de desemprego mais elevadas. Ao mesmo tempo, quase a metade das mulheres-chefe dessas famílias tinha filhos menores de 16 anos, ou seja, com elevado grau de dependência, pois não poderiam legalmente estar trabalhando.

As mutações no padrão familiar e na relevância dos rendimentos do trabalho feminino na composição da renda familiar, reveladas pela análise da realidade metropolitana, associam-se a dificuldades historicamente enfrentadas pelas mulheres em sua inserção laboral, como as evidenciadas para as mulheres com filhos menores de seis anos. Isso remete à necessidade de um olhar mais atento da sociedade no sentido de intensificar a presença de políticas sociais que promovam a equidade de gênero, notadamente no mercado de

trabalho, bem como de ampliar os equipamentos públicos destinados à educação e aos cuidados com as crianças — creches e pré-escolas — e com os idosos, de forma a facilitar às mulheres a busca por uma ocupação.

## Referências

- BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. P. **Gênero e trabalho na sociedade latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAS/SERT 1998. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho). 368p.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Mônica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994. p. 63-93.
- CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. 4, n. 2, jan./jun. 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (a era da informação: economia, sociedade e cultura)**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 620p., 1999.
- COELHO, Lina. Mulheres, família e mercado de trabalho: que desafios à regulação das economias pós-industriais? **Oficina do CES**, [Lisboa], n. 205, mar. 2004.
- DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica — um estudo do complexo petroquímico**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Boitempo, 1999. 271p.
- HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênea Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Sociais da UFMG**. Belo Horizonte, v. 14, n. 2 p. 35-58, 2004.
- IBGE. **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1993.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2000.
- IBGE. **Censo demográfico de 1980**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1980.
- IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.
- ITABORAÍ, Nathalie. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): comparações por classe social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais ...** Ouro Preto-MG: ABEP, 4 a 8 nov. 2002.
- KRELING, Norma. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coords.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT/MTE; PMPA, 2002. p. 97-120.
- LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2001. (Texto para discussão n. 826). 24p.
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.



MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho, reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 17, n. 2, p. 123-135, 2003.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Anais...** Caxambu-MG: ABEP, 20 a 24 set. 2004. 47p.

MONTALI, Lilia. Trabalho e família: reestruturação produtiva e mudanças na divisão sexual do trabalho nos anos 90. In: CONGRESSO ALAST, 3. **Anais...** Buenos Aires: ALAST, 17-20 mayo 2000.

MONTALI, Lilia; LOPES, Giovana. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais ...** Ouro Preto-MG: ABEP, 4-8 nov. 2002.

MULHER E TRABALHO. São Paulo: SEADE, n. 10, dez. 2002.

MULHERES brasileiras, educação e trabalho. [São Paulo]: FCC, [2005]. (Séries históricas). In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Disponível em: [http://www.fcc.org.Br/mulher/series\\_historicas/mbet.html](http://www.fcc.org.Br/mulher/series_historicas/mbet.html) Acesso em: 25 jan. 2005.

POCHMANN, Marcio. **A epidemia do desemprego no Brasil: atualidade e perspectiva**. Campinas: UNICAMP, 1999a. 27p.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999. v. 1, 205p.

POSTHUMA, Anne Caroline; LOMBARDI, Maria Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, n. 1, p. 124-131, 1997.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SITUAÇÃO do trabalho no Brasil, A. São Paulo: DIEESE, 2001. 352p.

SOUZA, Lúcia Ribeiro de. O trabalho feminino e a estrutura familiar. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, p. 531-550, out./dez. 1980.

TONI, Miriam De. Impactos diferenciados da precarização no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre atenuam segregações de gênero. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT, v. 1, p. 105-122, 2001.

TONI, Miriam De. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coords.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT/MTE; PMPA, 2002. p. 97-120.